



“Sobrevivência e comunidades indígenas de uma cidade da costa leste dos Estados Unidos”

Rubertone, Patricia E. *Native Providence: Memory, Community, and Survivance in the Northeast*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2020. 462 pp., 24 figs., 1 ilustração, 7 mapas, 1 apêndice, index.

Resenhado por:

**Marianne Sallum**<sup>1</sup>

<http://orcid.org/0000-0001-9210-2044>

**Francisco Silva Noelli**<sup>2</sup>

<http://orcid.org/0000-0003-0267583X>

Os indígenas das Américas sempre estiveram nas cidades, mas por diversas razões a sua presença foi apagada. Trata-se de uma história ininterrupta e movida pela atitude crítica, negada e reprimida das formas mais inusitadas, engendradas pela perspectiva colonialista dedicada a dificultar o acesso aos direitos mais básicos da cidadania. Só nas últimas décadas é que essa temática recebeu mais atenção acadêmica, com investigadoras e investigadores interessados ou articulados com os movimentos indígenas que passaram a produzir pesquisas, como é o caso do livro de Patrícia Rubertone. Ela oferece uma abordagem crítica e humanística, com detalhes e matizes sobre o papel central dos indígenas no passado e na “modernidade emergente” na cidade de Providence, na costa leste dos Estados Unidos. Ela desafia as narrativas tradicionais, mostrando pessoas deliberadamente apagadas na colonização da história, com versões adequadas do mito de que os índios estavam fadados a desaparecer, especialmente porque as suas vidas não pareciam importar ou não havia ninguém interessado em suas trajetórias. Ela destaca que tais concepções resultaram do senso comum

---

<sup>1</sup> Pós-Doutoranda (Bolsista FAPESP, processo 2019\17868-0) do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC) do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Brasil e Pesquisadora no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Portugal. E-mail: marisallum@usp.br.

<sup>2</sup> Doutorando em Arqueologia e Pesquisador no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Portugal. E-mail: francisconoelli@edu.ulisboa.pt.

negar a possibilidade da vida urbana aos indígenas, não incluindo-os no diversificado mosaico cultural de Providence, ignorando “tanto os locais de resistência e sobrevivência indígena quanto outros lugares onde os povos indígenas persistiam”.

Com uma abordagem arqueológica e metafórica da cidade dos séculos 19 e 20, *Native Providence* mostra com eloquência a microescala das vidas indígenas. São gerações de famílias e pessoas vivendo em lugares que Rubertone chamou de “pátrias urbanas”, de onde fluíram as suas histórias de sobrevivência. O livro procura mostrar e fazer compreender a vida indígena na cidade, em relações centradas “na casa, mesmo que a casa tenha sido pavimentada com calçadas, atravessada por linhas de bondes, sombreada por edifícios fabris, e apinhados de estranhos”. Em Providence, os indígenas nunca estiveram realmente fora de lugar, nem eram novos no cenário urbano, mesmo que outros tenham chegado lá depois deles. Seus filhos e inúmeras gerações nasceram ali, argumenta a autora.

Algumas ideias-chave ativadas por Rubertone atravessam o livro pautando uma parte do debate sobre o que significa ser indígena na Nova Inglaterra contemporânea. Ela se inspirou no livro de Tommy Orange, *There there* (2018), para ressaltar a noção de que “ser índio nunca foi sobre o retorno à terra, porque a terra nativa é em todo lugar – em Oakland, onde ele nasceu e foi criado, como é em Providence” (p. xvii). Também cita uma inspiradora passagem do historiador Jean O’Brien (*White Earth Ojibwe*) (2010), sobre as narrativas centradas em ausências e no caráter ideológico do apagamento daqueles que se limitaram a observar a presença indígena, “romantizando construções de índios generalizados fadados ao desaparecimento” (p. 2). Os “indígenas urbanos” dos Estados Unidos tiveram vidas multifacetadas, com diversas contribuições à vida local, que geralmente foram eclipsadas pela tendência burocrática de retratá-los como índios assimilados em decorrência da urbanização impulsionada no pós II Guerra Mundial, ou ainda, pelas pesquisas acadêmicas empenhadas em mostrar apenas a pobreza, os sem-teto, o alcoolismo e os abusos sexuais.

A pesquisa não foi uma demanda das comunidades, nem resultou de etnografia ou teve cunho jornalístico, mas surgiu da inquietação da autora a respeito do silenciamento sobre a existência dessas pessoas nas representações históricas tradicionais. Rubertone tece uma narrativa que faz entender as rupturas que desconsideraram a relação entre espaço e sociabilidade na longa duração, para “reenquadrar a história de uma cidade

colono-colonial através de experiências nativas e de rever os locais da história dos nativos” (p. 325). Assim, ela enfatizou que foi “aqui, residindo nas terras ancestrais dos povos Narragansett e Wampanoag, que escrevi *Native Providence*, um livro que indigeniza a história desta cidade” (p. xiv).

O livro foi dividido em sete capítulos, organizados em torno de mapas de bairros da Providence indígena. Para além das evidências de persistências, Rubertone ressalta as transformações dos lugares onde “casas e vastas faixas de bairros que antes estavam nos caminhos das rodovias e projetos de renovação urbana não existiam mais” (p. xv). Cada capítulo se concentra em um determinado “enclave de bairro” ou “pátria urbana” habitado pelos indígenas e mostra diferentes agências, destacando atos de resistência, engajamentos contra injustiças e rejeições e práticas culturais e sociais. O texto apresenta descrições densas, desfiadas em múltiplas histórias individuais para conectar o passado e presente de comunidades Narragansett, Wampanoag, Nipmuc, Pequot, Wabanaki, Mi’kma’ki, e de outras pátrias indígenas cuja presença não era esperada, mas que ali permaneceram até hoje. Providence não era um lugar de passagem, nem uma cidade que simplesmente incluía índios, mas tem sido um lugar onde “índios de diferentes afiliações tribais viviam, trabalhavam e se socializavam” (p. 15).

Uma parte das informações veio de relatos orais, imagens e objetos familiares que foram compartilhados com a autora como meio para lembrar e para registrar histórias pessoais e comunitárias. Outra parte dos dados foi coletada nas fontes ortodoxas, como relatórios individuais e da burocracia pública e privada, listas militares, registros marítimos, jornais, mapas, registros de nascimento e óbito, testamentos, petições, escrituras, coleções de bibliotecas municipais, museus e sociedades históricas e tribais. A autora destaca a dificuldade para rastrear informações sobre indivíduos, mas buscou inspiração e forças em uma ideia do antropólogo Michel-Rolph Trouillot, para superar a desigualdade dos arquivos e perceber como os “artesãos de diferentes tipos, [e de] trabalhadores de campo não reconhecidos e não remunerados” (p. 17) estavam vivos nas memórias e nas fontes de informação familiares e comunitárias.

O livro não segue as classificações raciais dos censos e fontes convencionais, pois elas foram usadas como elemento decisivo para apagar indígenas que viviam: 1) fora das reservas; 2) em residências multirraciais; 3) em bairros onde predominavam outras etnias. A autora questiona as

categorias raciais usadas para apagar indivíduos e coletivos, bem como para atuar nos processos de destribalização e para fomentar preconceito e discriminação em relação àqueles que tiveram negado o “direito a um nome tribal”. Foi o caso de Amos Brewster e sua família (Narragansett), classificados no censo de 1860 como “mulatos” quando foram residir em Fox Point. Embora Amos mantivesse intacto os seus laços familiares, quando a reserva Narragansett foi vendida em junho de 1880, ele não recebeu a sua quota e teve os seus direitos como indígena desrespeitados porque os gestores do processo duvidaram da sua filiação tribal. Outro caso mostrado foi o de Moses P. Dailey, chamado de fraude por um pesquisador local que publicava frequentemente notícias sobre a história de Rhode Island, que lhe chamava ironicamente de o “Último dos Pequot”, embora afirmasse que a sua “comunidade” fora “destruída” 200 anos antes dele nascer. Dailey dizia ter “sangue puro”, mas foi classificado de formas diversas nos registos oficiais: negro, mulato, “de cor”, branco e índio. Tal como outros casos semelhantes, de pessoas que viviam nas cidades no século XIX e início do XX, não se esperava que Moisés Dailey partilhasse a modernidade, pois ser urbano e moderno eram condições que os euro-americanos reivindicavam apenas para si, excluindo os indígenas de tal possibilidade.

Em um mundo onde os indígenas “não deveriam” ser modernos ou urbanos, o relato sobre Sarah Baxter surpreende. Ela capitalizou na cidade o seu conhecimento tradicional das artes curativas, como uma pessoa real por trás dos medicamentos que traziam a sua marca, um testemunho da luta para preservar a identidade indígena na Nova Inglaterra daqueles tempos. Sarah atuava com um “jogo de identidades”, ora apelando à imaginação banal dos não indígenas, ora rejeitando abertamente esse jogo. No entanto, ao invés de ridicularizar suas raízes indígenas, valia-se de imagens essencializadas de índios para manobrar no mercado urbano, parodiando a demanda euro-americana por autênticos remédios indígenas.

Os powwows não passaram despercebidos a quem se dedicava a perpetuar o apagamento das histórias indígenas. Esses encontros para socializar e outras atividades coletivas foram revitalizados com o aumento crescente da população e da consciência das identidades, confundindo as previsões de quem previa o desaparecimento indígena. Os críticos questionavam e discriminavam incansavelmente aqueles com ascendência mista e a autenticidade das reivindicações públicas dos powwow. Tais encontros urbanos contribuíram poderosamente nos processos de persistência e

ressurgimento de práticas. Tal como transcreveu Rubertone, participar de powwow foi considerado por Ethel Boissevain como “o cumprimento de uma obrigação, se não um prazer” (1959: 291), sendo considerado um índice de envolvimento da pessoa na sua comunidade.

Com o sentido de valorizar as pessoas, servindo inclusive como uma plataforma para futuras pesquisas, o livro oferece um anexo com o nome de todos os indígenas que residiram em Providence entre 1850 e 1950. A maioria das residências foram plotadas em um mapa geral de Providence, muitas delas puderam ser indicadas precisamente em seis mapas de bairros da cidade.

O livro revela um método importante, urdido com maestria para desestabilizar e superar o apagamento. Ele serve como exemplo para casos semelhantes em quase todo o mundo, especialmente no Brasil. A autora retrata experiências de desilusão, satisfação, dúvida e resistência na paisagem urbana, considerando que os indígenas pertenciam à cidade “tanto quanto, se não mais do que qualquer outra pessoa” (p. 332). Eles sempre estiveram em Providence, independentemente de como poderiam ter sido considerados ou chamados, fazendo Rubertone afirmar que os indígenas também são a história das cidades, assim como o seu passado, o seu presente e o seu futuro.

## Referências

- Boissevain, Ethel. 1959. “Narragansett Survival: A Study of Group Persistence through Adapted Traits, In: *The Narragansett People*. Phoenix: Indian Tribal Series, 1975.” *Ethnohistory* 4: 347–62.
- O’Brien, Jean. 2010. *Firsting and Lasting: Writing Indians Out of Existence in New England*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Orange, Tommy. 2018. *There There*. New York: Alfred A. Knopf.